



SEC-BA

Coordenador Pedagógico Padrão P – Grau III

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICO - MARCOS CONCEITUAIS

As diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro e as implicações na organização do sistema de educação brasileiro.	1
A didática e o processo de ensino/aprendizagem: planejamento, estratégias, metodologias e avaliação da aprendizagem.	10
A sala de aula como espaço de aprendizagem.	37
As teorias do currículo.	43
As contribuições da psicologia da educação para a pedagogia: implicações para a melhoria do ensino e para ações mais embasadas da ação profissional docente no alcance do que se ensina aos indivíduos.	64
Os conhecimentos socioemocionais no currículo escolar: a escola como espaço social.	76
A dimensão estruturante das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, nos seus níveis, etapas e modalidades. A Re-solução CNE/CEB nº. 4, de 13 de julho de 2010: formação básica comum e parte diversificada do currículo escolar, configuração de níveis, etapas e modalidades no ordenamento da educação básica. O consenso das modalidades da educação básica: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação a Distância. . O trabalho como princípio educativo no ordenamento curricular da educação básica.	87
A Interdisciplinaridade e a Contextualização no tratamento curricular para o Ensino Médio....	101
As avaliações nacionais da educação básica: marcos regulatórios, consensos e dissensos.	104
Os fundamentos de uma escola inclusiva.	105
24 da Resolução CNE/CP nº. 2, de 1º de julho de 2015).	122
Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira	128
As licenciaturas interdisciplinares como paradigma atual da formação docente (menção no art. Marcos legais da educação quilombola e da educação intercultural indígena: contexto histórico dos valores civilizatórios indígenas e afro-brasileiros na esfera do pertencimento étnico.	161
Exercícios	197
Gabarito	203

SUMÁRIO



EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICO - MARCOS LEGAIS

Constituição Federal de 1988 (Artigo nº 205 ao nº 214).....	1
LDB – Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atualizada pela Lei federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.....	7
Convenção da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência.....	46
Educação para as relações étnico-raciais e o Decreto nº. 65.810, de 8 de dezembro de 1969 (promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial).....	73
O Decreto federal nº 4.738, de 12 de junho de 2003 (reitera a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial).....	83
A Lei estadual nº 13.559, de 11 de maio de 2016 - o Plano Estadual de Educação (PEEBA) ...	84
o paradigma da supra legalidade como norma para os tratados dos direitos humanos no PEE-BA.....	112
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.....	122
Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia - Lei estadual nº 8.261, de 29 de maio de 2002.....	204
A Lei nº. 10.639/2003 e a Lei nº. 11.645/2008 no contexto do reconhecimento da diversidade étnico-racial na formação da identidade nacional.....	229
a educação intercultural indígena e os documentos normativos correlatos.....	230
As diretrizes curriculares nacionais relativas à educação étnico-racial, no contexto documental do Conselho Nacional de Educação;.....	230
A Resolução CEE/BA nº. 137, de 17 de dezembro de 2019 e sua função na implementação da BNCC nos sistemas e redes de instituições da educação básica na Bahia: marco regulatório para a parte diversificada do currículo da educação básica na Bahia.....	232
O artigo 36 da LDB revisto pela Lei nº. 13.415/2017: polêmicas e necessidades sociais—as reformas do ensino médio ao longo da história brasileira em busca da conexão com as cadeias produtivas e da formação técnica e profissional.....	243
O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos no âmbito da formação técnica e profissional – da decisão regulatória em norma do Conselho Nacional de Educação à expressão da realidade: bases para o planejamento de cursos.....	245
Os Itinerários formativos: retratação da estrutura sócio-ocupacional, decisões curriculares e trajetória para a formação da juventude brasileira.....	246
A Lei federal nº 11.494, 20 de junho de 2007 e as demais normativas legais sobre o FUNDEB.....	250
A Lei federal nº 14.276, de 2021, que modifica as regulamentações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).....	276
As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – DCN (para a educação infantil, para o ensino fundamental de 9 anos, para o ensino médio, para a educação profissional e tecnológica, para a educação do campo, para a educação escolar indígena, para a educação quilombola, para a educação das relações étnico-raciais).....	280
A Resolução CEE/BA nº 137, de 17 de dezembro de 2019 e sua função na implementação da BNCC nos sistemas e redes de instituições da educação básica na Bahia.....	335

SUMÁRIO



O Documento Curricular Referencial da Bahia (volume Educação Infantil e Ensino Fundamental e o respectivo Parecer do CEE/BA, nº 196, de 13 de agosto de 2019, que o regulamenta. O significado da Emenda Constitucional nº 59 e seu papel na definição da escolarização obrigatório Brasil.....	344
A Lei estadual nº 8.261, 29 de maio de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dá outras providências	344
A Lei estadual nº. 13.214, de 29 de dezembro de 2014 que instituiu a política de desenvolvimento territorial do Estado da Bahia e seu contexto na organização sistêmica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia	345
Exercícios	351
Gabarito.....	357

NOÇÕES DE IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

Constituição da república federativa do brasil (art. 1º, 3º, 4º E 5º).....	1
Constituição do estado da bahia, (cap. Xxiii “do negro”).....	23
Lei federal nº 12.288, De 20 de julho de 2010 (estatuto da igualdade racial).....	24
Lei federal nº 7.716, De 5 de janeiro de 1989 (define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor)	37
Lei federal nº 9.459, De 13 de maio de 1997 (tipificação dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor)	39
Decreto federal nº 65.810, De 08 de dezembro de 1969 (convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial).....	40
Decreto federal nº 4.377, De 13 de setembro de 2002 (convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher).....	51
Lei federal nº 11.340, De 7 de agosto de 2006 (lei maria da penha)	
Código penal brasileiro (art. 140)	61
Lei federal nº 9.455, De 7 de abril de 1997 (crime de tortura).....	75
Lei federal nº 2.889, De 1 de outubro de 1956 (define e pune o crime de genocídio)....	76
Lei federal nº 7.437, De 20 de dezembro de 1985 (lei caó).....	77
Lei federal nº 10.678, De 23 de maio de 2003, com as alterações da lei federal nº 13.341, De 29 de setembro de 2016 (referente à secretaria de políticas de promoção da igualdade racial da presidência da república)	108
Exercícios.....	109
Gabarito.....	114

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Projeto Político Pedagógico e o Artigo 12 e 13 da LDB: o marco para a autonomia da unidade escolar, sua construção coletiva e sua implementação na escola. O Projeto Político Pedagógico como diretriz para o planejamento da organização e do desenvolvimento do currículo escolar: planos de ensino, aulas, reconfigurações das ações e avaliação cíclica do executado. O Projeto Político Pedagógico como guia para a participação, gestão colegiada e ambiente das representações da democracia escolar.



O Projeto Político Pedagógico como dispositivo institucional a favor da interação, integração e (re)invenção das práticas pedagógicas. O Projeto Político Pedagógico à luz da LDB vigente: estratégia convergente para a cultura organizacional de uma escola que se preocupa com a finalidade dos saberes no cotidiano da vida dos estudantes e nos seus grupos de interação social	1
Implicações da interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem e na formação dos profissionais: dilemas, desafios e perspectivas. A interdisciplinaridade e a perspectiva de um novo paradigma para o trabalho docente em sala de aula. A interdisciplinaridade e seu foco para a organização de conteúdos em áreas de conhecimento. A interdisciplinaridade e a interação entre conhecimentos: a comunicação entre saberes escolares. A interdisciplinaridade como estratégia pedagógica para a renovação da didática. A interdisciplinaridade como paradigma para a interação entre as áreas de conhecimento	6
A formalização da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação: dissensos e consensos	15
O planejamento da Jornada Pedagógica anual da rede pública estadual: função e resultados	30
Exercícios	31
Gabarito	35

SUMÁRIO